

Impasses na democratização das pós-graduações

As universidades vêm-se confrontadas com novos desafios da sociedade, sendo compelidas a abrirem as suas portas a importantes contingentes de estudantes de pós-graduação.

Sabemos bem que sucedemos a um longo período em que os doutoramentos e até os mestrados estiveram reservados quase que exclusivamente aos docentes universitários por razões de carreira e por existir o pressuposto de que a eles só deveria ter acesso uma elite intelectual. Porém, na sequência do processo histórico relativamente recente de democratização do ensino e do correspondente acesso aos respectivos graus, aqueles acabaram por ser alvo de uma procura alargada. Acresce que os novos estádios de desenvolvimento científico e tecnológico impõem, com carácter generalizado, exigências acrescidas de qualificação académica e de produtividade da investigação. As universidades vêm-se confrontadas com novos desafios da sociedade, sendo compelidas a abrirem as suas portas a importantes contingentes de estudantes de pós-graduação. No caso português, a concorrência das restantes universidades europeias e os normativos comunitários impuseram, a este nível, a democratização do acesso.

Retomamos aqui um tema ao qual já demos aqui o devido destaque mas a que queremos acrescentar mais algumas reflexões.

É que, apesar do que fica dito, as nossas universidades têm igualmente experimentado algumas dificuldades em compatibilizar a referida democratização do acesso com o aprofundamento e renovação dos critérios de rigor, nomeadamente em matéria de avaliação e classificação. Importa, de facto, evitar nesta matéria tanto a confusão entre democratização e massificação como o enovelamento da persistência do elitismo académico com a incapacidade muito expandida para se aplicarem os próprios dispositivos legais existentes. Vai ser preciso que, na realidade, todos entendam de uma vez por todas que, por exemplo, a hierarquia das classificações e das menções deve ser mobilizada mais do que nunca, não constituindo de forma alguma solução, mas apenas uma forma de capitulação, a eliminação pura e simples daquele escalonamento em favor da simples indicação da decisão de aprovação...

A não utilização das menções disponíveis pela sua redução prática à mais elevada ou pela sua eliminação formal concorrem decisivamente para um subtil deslizamento da democratização para a massificação na medida em que passa a imperar uma cinzenta homogeneização dos méritos relativos. Decorrem daqui várias consequências, nomeadamente a fragilização dos referenciais de qualidade, o desincentivo ao aprofundamento dos níveis de investigação, a ausência de indicações seguras para potenciais empregadores e, claro, o desprestígio dos graus em causa.

Vemos que, desta forma, a *benevolência* não constitui aqui uma qualidade mas um enorme defeito.

Parece-nos que há uma persistente dificuldade de adaptação à passagem de um regime selectivo por elitismo social para um outro em que a aplicação da democraticidade social, afirmando-se pelo reconhecimento do direito de entrada (dentro de condicionamentos específicos das competências de acesso, segundo estritos critérios técnicos e científicos) terá de ser seguida por um exigente ? e igualmente tutelado ? percurso de formação especializada e de prática investigativa. Acresce que, definidos critérios e níveis de exigência, a hierarquia das classificações e das menções não só passará a espelhar a diversidade dos diferentes desempenhos como terá mesmo um efeito regulador sobre os processos pedagógicos e de pesquisa. Por outro lado, todos perceberão que, cumpridos os requisitos fundamentais de cientificidade e rigor, poderão ter acesso a diplomas que, embora dessacralizados, não perderam a sua reputação e eficácia. Cultivar-se-ão assim as elites imprescindíveis para a formação consequente e a todos os títulos inadiável dos nossos quadros com classificações que poderão corresponder com as suas diferenças às reais necessidades das várias empresas, escolas, serviços e respectivos estádios de desenvolvimento.

Não pode, entretanto, o nosso sistema de ensino dar-se ao luxo de desbaratar recursos e energias com uma sistemática e igualmente nociva rejeição da possibilidade de os estudantes concluírem os seus projectos de pós-graduação. Através da aplicação, pela negativa, da mesma redução da grelha de classificações o estudante é, por vezes, levado, se não for julgado excelente, a ter de abandonar os seus propósitos de obtenção de um diploma de mestrado ou de doutoramento quando, no nosso entender, até ao nível mínimo de *Bom*, estes graus deveriam ser concedidos com toda a naturalidade.

Hierarquizar segundo o mérito de cada um faz parte da democratização do ensino e da investigação e é exactamente o contrário de homogeneizar ou de excluir numa atávica mistura da incapacidade de distinguir com a sedução pelo autoritarismo.